

Regional

SANTA TERESA

Ministério Público investiga vendas ilegais de lotes

Terrenos de até 30 mil metros quadrados na zona rural têm sido fracionados em vendas e ficando com mais de duas edificações

Rafael Moura
SANTA TERESA

O Ministério Público Estadual, a partir da Promotoria de Justiça de Santa Teresa, investiga denúncias de venda ilegal de lotes na zona rural no município da região serrana do Estado.

De acordo com a promotora Vera Lúcia Murta Miranda, terrenos de até 30 mil metros quadrados ou três hectares – que equivalem a três campos de futebol – têm sido fracionados em vendas e ficando com mais de duas edificações. Isso é contrário ao Estatuto da Terra e ao Plano Diretor Municipal.

Nessa modalidade, a venda é ilegal e os compradores não têm direito à escritura do terreno, o que não comprova a posse dele. Além disso, a promotora frisou que há um processo de “favelização” e graves prejuízos ao meio ambiente.

“Há favelização por que há a venda sem critério, permitindo qualquer tipo de construção, também sem critério. Há remoção desregrada de solo, aterros em Áreas de Proteção Permanente (APPs), desmatamento e poluição da água. E há pessoas que são enganadas e que compram de boa-fé”, afirmou Vera Lúcia, que emendou:

“A prefeitura não faz o dever de casa de fiscalizar. Não tenho nem de quem cobrar na Secretaria de Meio Ambiente. Perderam o controle.”

Em julho, a Câmara de Vereadores já havia protocolado um requerimento com denúncias da prática bem como de caça predatória.

Segundo a promotora e o vereador teresense Jorge Natalli, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa, as regiões que têm mais sofrido com especulação imobiliária e vendas irregulares de



VISTA do centro de Santa Teresa: venda de lotes sem critério causa problemas ambientais

lotes são Alto Caravaggio, Alto Santo Antônio, Lombardia e Aparecidinha, regiões próximas à Reserva Augusto Ruschi.

Medidas cautelares, que são ações para evitar danos maiores, já foram tomadas pelo Ministério Público. Em uma delas, o órgão exigiu que fossem paralisadas vendas e obras em um terreno.

A investigação em Santa Teresa difere do caso registrado no mês passado em Domingos Martins, no qual empresários foram presos por falsificar documentos e vender irregularmente loteamentos abaixo da fração rural. Até o momento, não foi constatada fraude em Santa Teresa, mas houve crime ambiental, passíveis de punição.

A Promotoria de Justiça do município já pediu o auxílio da Polícia Civil nas investigações e disse que já há denúncias no Ministério Público Federal.

NILO TARDIN — 27/05/2015

ENTENDA

Denúncias

- > O MINISTÉRIO Público Estadual tem recebido denúncias de vendas clandestinas de lotes na zona rural de Santa Teresa, o que causa problemas ambientais na cidade.
- > SÃO ALVOS terrenos de até 30 mil metros quadrados, havendo mais de duas construções no local.
- > DENÚNCIAS já foram repassadas ao Ministério Público Federal.

Prefeitura admite problema

A Prefeitura de Santa Teresa admitiu que a venda irregular de lotes abaixo da fração rural e com maior ocupação dele “é um problema generalizado na região serrana”.

A secretária interina de Meio Ambiente do município, Elivany Zamprogno, pontuou que a especulação imobiliária tem crescido muito na cidade. Ela ainda citou que “a maioria das vendas não chega ao conhecimento das autoridades”. Para coibir a ação, dois fiscais passaram a atuar neste mês.

“Reconhecemos que a fiscalização deveria ser bem maior. Estamos vivendo a crise de fiscalização no Brasil inteiro”, afirmou Elivany, que explicou que o município tem ainda trabalhado no embargo de obras quando elas chegam ao conhecimento da prefeitura.

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado (Idaf), em nota, disse que realiza fiscalizações rotineiras, além de atendimentos mediante denúncia para verificar a ocorrência de possíveis crimes ambientais.

“Caso seja informada a localização dos empreendimentos, o instituto poderá enviar uma equipe ao local para analisar se há supressões de vegetação feitas de forma irregular, sem autorização do órgão competente”, pontuou a nota.

Já o Batalhão de Polícia Ambiental informou que realiza fiscalizações constantes para coibir este tipo de ação e orientou que “quem for comprar lote em área de até 30 mil m se inteire sobre a licença ambiental e municipal de instalação e operação da área”.